

Inovação e Propriedade Intelectual: um Estudo sobre o Registro de Propriedade Intelectual Relacionada ao Setor de Turismo

Marcelo Augusto Mascarenhas¹

Bianca de França Tempone Felga de Moraes²

Resumo

Quais as razões para se produzir conhecimento? E qual o valor deste? De que forma o gerenciamos? Em cima de questões como estas, o presente artigo visa refletir sobre o desenvolvimento de inovação e o uso de processos que formalizem a propriedade intelectual no campo do turismo; especificamente o uso de patentes. O trabalho faz uma breve revisão bibliográfica acerca do assunto, e também desenvolve uma análise acerca de patentes sobre o tema turismo, registradas no Brasil e no Escritório Europeu de Patentes. A coleta destas informações teve o apoio do sistema de busca PATENTSCOPE, da Organização Mundial de Propriedade Intelectual. Os resultados mostram que o Brasil ocupa uma posição ainda modesta na lista de países com registros de patentes relacionadas a turismo. A proposta deste artigo é fomentar na cabeça do leitor a importância de ter maior atenção a um sistema de patentes como forma de incentivo e proteção à propriedade intelectual gerada em nosso país. No trabalho vemos também que este tipo de instrumento (o registro de patentes) é uma excelente fonte de informação para nações e organizações com interesse no assunto.

Palavras-chave: inovação. propriedade intelectual. patente. tecnologia.

¹ Mestre em Estudos Populacionais e Pesquisa Social pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE/IBGE). Docente do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo da UnED Nova Friburgo do CEFET/RJ, NUPETUR/UFOP, GETDS/UNIRIO, NEITT/CEFET-RJ UnED NF. E-mail: mmascarenhas@cefet-rj.br ou mmascarenhas@neitt.com.br

² Mestre em Sistemas de Gestão pelo LATEC/UFF. Docente do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo da UnED Nova Friburgo do CEFET/RJ, NEITT/CEFET-RJ UnED NF. E-mail: biancatempone@neitt.com.br

Introdução

Qual a razão de produzir conhecimento? A pura riqueza do saber ou talvez a busca de melhorias para a vida cotidiana? Ou quem sabe as duas razões? Enfim, por mais simples (ou não) que sejam as questões a abrir este artigo, é interessante pensar como este tipo de questionamento não se faz tão presente quanto o deveria na vida dos profissionais relacionados à construção do saber no Brasil. Além de chegar a um resultado e produzir relatórios, qual a razão de se desenvolver um projeto de pesquisa? E um artigo? Quando este se encerrar, será que a próxima missão é partir para outro? Por mais que a política governamental recente esteja focada em valorizar a produção de artigos e seus espaços de publicação, não será que as instituições de ensino superior têm certa autonomia para ir em direção a novas formas de materialização do conhecimento?

Pois bem, após tantas perguntas para instigar o pensamento do leitor, pode-se dizer que o objetivo deste trabalho é apresentar uma breve reflexão sobre outras formas de expressão e/ou materialização do conhecimento. Formas que extrapolem a simples produção de artigos, como o meio acadêmico brasileiro tanto tem se habituado a fazer.

É importante deixar claro que este trabalho não se mostra como uma crítica à “produção de conhecimento” vigente na academia brasileira, e muito menos como uma proposta de uma solução alternativa, ou seja, de práticas melhores que as atuais. A idéia deste trabalho é sugerir uma expansão em nossa ótica de produção do conhecimento, que em diversas situações cria falsas imagens sobre o Brasil ou mesmo sobre outras nações de direcionam sua produção intelectual para outras formas de produção mais aceitas internacionalmente (o que não significa que sejam melhores).

A realização do presente trabalho se justifica pela necessidade de dialogar com as práticas vigentes em outras nações e perspectivas sobre a nossa forma de produzir conhecimento, principalmente no campo do turismo, de modo que possamos utilizar de forma mais produtiva todo o conjunto de recursos humanos, técnicos e financeiros que temos à disposição.

Para encerrar esta parte do texto, é importante destacar que este artigo é fruto de um projeto realizado junto ao núcleo de pesquisas sobre inovação e tecnologia para o turismo, coordenado pelos autores deste trabalho. Para saber mais detalhes sobre este projeto, basta entrar em contato com os responsáveis por este artigo.

Inovação e transferência de conhecimento

Para falarmos inicialmente de inovação, é interessante citar o trabalho de Hjalager (2002) quando a autora diferencia invenção de inovação. Segundo a própria, ao citar Schumpeter (1939), a inovação compreende a evolução de invenções já existentes, ou simplesmente a aplicação de idéias criativas que passam a ter alguma utilidade comercial e/ou social. De acordo com o IBGE, “a inovação pode resultar de novos desenvolvimentos tecnológicos, de novas combinações de tecnologias existentes ou da utilização de outros conhecimentos adquiridos pela empresa” (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2007, p. 150).

Para complementar o conhecimento trabalhado nesta parte do artigo, também é válido citar a definição apresentada pelo IBGE para inovação tecnológica. Segundo este órgão,

a inovação tecnológica se refere a um produto e/ou processo novo (ou substancialmente aprimorado) para a empresa, não sendo, necessariamente, novo para o mercado/setor de atuação, podendo ter sido desenvolvida pela empresa ou por outra empresa/instituição. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2007, p. 20).

O IBGE usa esta definição para orientar o seu trabalho na Pesquisa de Inovação Tecnológica [PINTEC], estudo onde avalia o grau de inovação tecnológica observados em áreas como, indústria extrativista e de transformação, serviços de telecomunicações e de informática, além das organizações com trabalho de Pesquisa e Desenvolvimento [P&D]. Sobre os diferentes tipos de inovação, Hjalager (2002) aborda as seguintes orientações: inovação de processos, inovação de gestão, inovações logísticas, e inovações institucionais. Frente a abordagem da autora, é válido notar que todas estas variações podem de certa forma contribuir com a evolução do setor de turismo.

Em uma linha um tanto diferente a exposta pela PINTEC, Collier (2008) nos mostra um conjunto de instrumentos para avaliar o processo de transferência de conhecimento desenvolvido em universidades da Austrália, assim como as métricas também utilizadas por diversos órgãos direcionados a este assunto nos Estados Unidos e Europa. Nesta perspectiva de transferência de conhecimento, é interessante notar como o incentivo ao uso de patentes pode ser um importante meio para viabilização deste processo. Maskus e McDaniel (1999), em seu trabalho sobre o sistema de patentes japonês, deixam muito claro como o incentivo à criação de patentes contribuiu em

muito para o crescimento da produtividade naquele país. Ainda que este processo possa criar certo grau de restrição informacional, como mostra Ordover (1991) e até mesmo Maskus e McDaniel (1999), estes últimos destacam como o uso adequado de um sistema de patentes pode contribuir para o crescimento de uma nação.

Sobre o incentivo à criação de patentes, Arai (2010) nos mostra a importância de manter certa atenção quanto à qualidade das patentes criadas. Segundo o autor, existe um inevitável dilema entre fomentar a criação deste documento e ir de encontro a uma banalização do mesmo, ou restringir o acesso a este material e correr o risco de perder a propriedade intelectual originada naquele país. Na sessão seguinte, será dada continuidade ao assunto ‘patentes’, e sua relação com a idéia de propriedade intelectual e o turismo.

Propriedade intelectual e turismo

Para falar sobre o registro de propriedade intelectual, é interessante primeiramente observar a definição utilizada pela Fundação Biblioteca Nacional para este item. Segundo o órgão em questão, a propriedade intelectual é uma forma de proteger “as criações intelectuais, facultando aos seus titulares direitos econômicos os quais ditam a forma de comercialização, circulação, utilização e produção dos bens intelectuais ou dos produtos e serviços que incorporam tais criações intelectuais.” (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2011). É válido citar que este tipo de reconhecimento oficial sobre o produto da mente humana pode ser aplicado em três grandes áreas:

Direitos Autorais; Direito Cultivares (obtenções vegetais ou variedades vegetais) e a Propriedade Industrial (patentes, desenhos e modelos industriais, marcas, nomes e designações empresarias, indicações geográficas, proteção contra a concorrência desleal). (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2011)

Acerca das patentes, pode-se ver que esta é uma das formas de se proteger o conhecimento produzido por uma organização ou indivíduo, dentro de um determinado país. Sobre o conceito de patente, o Instituto Nacional de Propriedade Industrial [INPI], nos apresenta o seguinte texto:

VIII Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo

VIII Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo

02 e 04 de outubro de 2011 – UNIVALI– Balneário Camboriú/SC

Uma patente um título de propriedade temporária sobre uma invenção ou modelo de utilidade, outorgados pelo Estado aos inventores ou autores ou outras pessoas físicas ou jurídicas detentoras de direitos sobre a criação. Em contrapartida, o inventor se obriga a revelar detalhadamente todo o conteúdo técnico da matéria protegida pela patente. (Instituto Nacional de Propriedade Industrial, 2011).

De acordo com Antunes (2000), Oliveira et al (2005) e Ferreira, Guimarães e Contador (2009) o acesso a documentos de patentes é uma excelente forma de promover acesso à informações de caráter técnico sobre produtos e serviços registrados em um país. O auto também cita que, da mesma forma, este documento é uma importante forma vantagem competitiva para as organizações que investem na área de Pesquisa e Desenvolvimento, e que desejam manter resguardado o seu direito (monopolista) de uso sobre a inovação criada, uma vez que esta envolve uma série de investimentos.

No que diz respeito ao processo de incentivo à criação de patentes, a figura do Estado é constantemente citada como seu maior incentivador (SHEIDEGGER, 2004) e especialmente os órgãos públicos de pesquisa e universidades (KURCZYN; PORTILLA; FERNÁNDEZ, 2009). Estes últimos autores abordam o caso das universidades como importantes órgãos de pesquisa, produção de inovação e tecnologia. Entretanto, no caso do México (que certamente se assemelha à situação brasileira), os autores citam o baixo conhecimento sobre as vantagens do uso de um sistema de patentes como um dos principais entraves à adoção desta conduta nas instituições. Para o incentivo ao resguardo da propriedade intelectual, Schmal (2010) apresenta um interessante modelo de processos para a gestão de patentes em universidades.

Metodologia

Para a estruturação da pesquisa citada aqui, a principal ferramenta de consulta utilizada foi o PATENTSCOPE, um sistema de busca de patentes disponibilizado pela Organização Mundial de Propriedade Intelectual [WIPO]. No uso deste serviço, o trabalho foi orientado basicamente pela consulta a patentes que apresentavam alguma relação com a palavra turismo (no caso de patentes registradas no Brasil) e *tourism* (no caso de patentes registradas no Escritório Europeu de Patentes).

Pela limitação de espaço determinada para a construção deste trabalho, optou-se por mostrar neste artigo apenas o quadro comparativo entre as patentes registradas no

Brasil e o material alocado no Escritório Europeu de Patentes [EEP]. Ainda que existam diversos órgãos que pudessem ser analisados, optou-se pela seleção deste último por ser uma entidade que atende a um grande número de países com forte poder no cenário turístico mundial, como França, Espanha, Itália, Alemanha, etc., e também por ser um bom comparativo com o caso brasileiro no que diz respeito à qualidade das patentes registradas.

Para o desenvolvimento de uma análise mais rica ao longo deste artigo, a atenção neste trabalho foi concentrada em cima dos seguintes itens:

Avaliação concentrada no número de patentes registradas

- Distribuição territorial do número de patentes relacionadas às palavras turismo e *tourism*;
- Evolução do número de patentes ao longo do tempo relacionadas às palavras turismo e *tourism*;

Análise sobre o conteúdo das patentes registradas

- Se o elemento patentado é essencialmente computacional;
- Ligação do elemento patentado com o setor de turismo;
- Se o item constante na listagem de patentes apresenta resumo descritivo.

Além dos elementos acima, para uma clareza maior quanto à área de inserção do item patentado, foi realizado um processo de classificação das patentes segundo a lista de seções da Classificação Nacional de Atividades Econômicas [CNAE], versão 2.0.

Análise dos resultados

Dando início à análise dos resultados sobre o número de patentes relacionadas às palavras ‘turismo’ e ‘tourism’, encontradas no PATENTSCOPE, sigamos a tabela 1.

Conforme se pode notar, existem muito mais patentes que fazem referência à palavra ‘tourism’ do que patentes relacionadas à expressão ‘turismo’. É interessante notar a quantidade de itens registrados no PCT. Esta é a sigla para a expressão *Patent Cooperation Treaty*. As patentes registradas através do PCT buscam assegurar

internacionalmente a propriedade do item solicitado, daí a sua grande diferença entre o registro simples em apenas uma região ou país.

Tabela 1 – Número de patentes relacionadas às palavras ‘turismo’ e ‘tourism’, por local de registro, segundo a Organização Mundial de Propriedade Intelectual

Busca de patente relacionadas a ‘turismo’			Busca de patente relacionadas a ‘tourism’	
Nº	Local de registro da patente.	Nº de patentes	Local de registro da patente.	Nº de patentes
1	Espanha	314	PCT	575
2	Brasil	49	Escrit. Europeu de Patentes	132
3	México	4	República da Coreia	58
4	Argentina	4	África do Sul	9
5	PCT	3	Israel	6
6	Cuba	3	México	1
7	Guatemala	1		
8	Equador	1		
9	Costa Rica	1		
	Total	380	Total	781

Fonte: WORLD INTELLECTUAL PROPRIETY ORGANIZATION, 2011.

Outro elemento que é interessante destacar sobre a tabela acima é a quantidade de patentes registradas pela Espanha, conhecida muito pela sua grande capacidade no setor de turismo, seja no quesito de estudos e pesquisas ou mesmo na área de gestão. T tamanha quantidade de patentes realmente corrobora com a sua posição de destaque no cenário mundial desta atividade. Outro fato interessante de ser observado é o baixo número de patentes registradas no México. O trabalho de Kurczyn, Portilla e Fernández (2009) explica um pouco da razão para este baixo número de patentes, ao dizer que existe um baixo conhecimento e incentivo sobre o uso de patentes para a proteção das inovações geradas naquele país. Para encerrar a análise desta primeira tabela, vale notar a posição ostentada pelo Brasil. Assim como em diversos fragmentos do campo de turismo (como por exemplo no número de chegadas internacionais ou mesmo na quantidade de divisas arrecadas com este setor), vemos que o Brasil ocupa uma posição intermediária no registro de patentes que apresentam alguma relação com a atividade aqui citada. Para a continuidade de nossa análise, vejamos na tabela 2 a distribuição dos registros de patentes ao longo dos últimos onze anos.

Como pode ser visto na tabela 2, nota-se que o registro de patentes para o turismo tem sido muito pequeno no Brasil. Usando de conhecimento além deste trabalho, vale destacar que neste mesmo período houve um grande aumento dos cursos de graduação e pós-graduação relacionados a turismo, assim como o surgimento de diversos órgãos de pesquisa e gestão pública e privada deste setor. Não considera-se aqui que a simples existência destes órgãos deva representar um natural aumento no número de patentes para o setor, mas é inevitável observar uma relação quase que inversamente proporcional entre o número de estudiosos do turismo e o número de patentes sobre este setor registradas no Brasil. Para que realmente se possa tecer conclusões sobre este aspecto, é inevitável um maior aprofundamento no assunto, o que não é possível neste trabalho. Ainda sobre o caso brasileiro, também é interessante notar que, nos último onze anos foram registradas apenas 18 patentes relacionada a turismo. Este número é muito próximo do total de registros anuais que o Escritório Europeu de Patentes tem feito nos últimos dois anos.

Tabela 2 – Número de patentes relacionadas às palavras ‘turismo’ e ‘tourism’, entre os anos de 2001 à 2011, com registro em qualquer local, registro no Brasil, e registro no Escritório Europeu de Patentes

Nº	País	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Total
1	Turismo	12	13	19	16	21	11	15	15	8	4	0	134
2	Tourism	50	54	56	41	66	56	68	96	110	66	19	682
3	Brasil	7	2	3	2	2	0	0	0	1	1	-	18
4	EEP	10	5	18	5	6	9	12	6	17	16	-	104

Fonte: WORLD INTELLECTUAL PROPRIETY ORGANIZATION, 2011.

Ainda sobre a tabela 2, é interessante notar como não existe um padrão de regularidade no registro de patentes. Por exemplo, observe que no ano de 2009 houve um grande aumento para patentes relacionadas à palavra ‘tourism’ e uma grande queda para registros que tivessem alusão à palavra ‘turismo’.

Mudando um pouco o foco da análise apresentada neste trabalho e orientando nosso olhar para uma perspectiva sobre o conteúdo das patentes, vejamos a tabela 3. De acordo com as informações contidas nesta tabela, pode-se ver que a maioria das patentes registradas no Brasil, com alguma relação turismo, não se referem a itens essencialmente computacionais. Vale notar que este padrão é contrário ao observado nos registros feitos junto ao Escritório Europeu de Patentes, que de fato apresenta um

comportamento mais equilibrado. As informações encontradas na tabela 4 nos dão uma noção complementar de quais áreas estão alocadas as patentes registradas. Tanto para o Escritório Europeu quanto para o Brasil, pode-se ver que existe um grande número de patentes orientadas para o campo de informação e comunicação. No caso do Brasil, vemos que a área de transportes também é um campo em que existe grande número de patentes registradas.

Tabela 3 – Análise sobre o caráter computacional dos itens patenteados, ligação com o setor de turismo e qualidade da informação apresentada pelo órgão de registro – Brasil / Escritório Europeu de Patentes

Local de registro	Essencialmente computacional?		Ligação forte com o setor de turismo?			Apresenta resumo do item registrado?	
	Sim	Não	Forte	Moderada	Fraca	Sim	Não
Brasil	6,1%	93,9%	42,9%	12,2%	44,9%	40,8%	59,2%
Escritório Europeu de Patentes	56,1%	43,9%	25%	15,9%	59,1%	100%	0%

Fonte: tabela elaborado pelo próprio autor.

*Dados obtidos junto a WORLD INTELLECTUAL PROPRIETY ORGANIZATION (2011).

Voltando à tabela três, é interessante notar como existe uma proporção baixa de patentes com forte relação ao setor de turismo. Durante a busca das patentes, notou-se que o sistema de pesquisa agrega uma série de registros com pouca ou, talvez, nenhuma relação com a área de interesse deste trabalho. Entretanto, optou-se por classificar estes casos apenas como itens de fraca relação com a atividade turística. Falando brevemente sobre as patentes com moderada ligação frente ao setor de turismo, pode-se ver que existe certa regularidade entre os valores encontrados para os registros de patentes feitos no Brasil e aqueles processados no Escritório Europeu de Patentes.

Para encerrar esta parte sobre a análise dos resultados, é pertinente ressaltar a diferença de qualidade na descrição das patentes. Enquanto na pesquisa de patentes do Brasil observou-se quase 60% dos casos sem resumo, uma realidade bem diferente foi observada para as patentes registradas junto ao Escritório Europeu de Patentes. Esta ausência de informação interfere diretamente no processo de transferência de conhecimento, um dos pontos mais importantes na divulgação dos registros de patentes.

Tabela 4 – Distribuição das patentes registradas no Brasil e no Escritório Europeu de Patentes, segundo as seções da CNAE 2.0

Nº	Área da patente (segundo seção da CNAE 2.0)		Quantidade de patentes		
	Código e descrição das seções referentes à CNAE 2.0		Brasil	EEP	Total
1	A	Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	0	1	1
2	B	Indústrias extrativas	0	0	0
3	C	Indústrias de transformação	0	2	2
4	D	Eletricidade e gás	0	2	2
5	E	Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	0	1	1
6	F	Construção	3	6	9
7	G	Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	0	1	1
8	H	Transporte, armazenagem e correio	15	6	21
9	I	Alojamento e alimentação	0	1	1
10	J	Informação e comunicação	10	83	93
11	K	Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	3	0	3
12	L	Atividades imobiliárias	0	0	0
13	M	Atividades profissionais, científicas e técnicas	5	26	31
14	N	Atividades administrativas e serviços complementares	4	0	4
15	O	Administração pública, defesa e seguridade social	0	0	0
16	P	Educação	0	0	0
17	Q	Saúde humana e serviços sociais	3	3	6
18	R	Artes, cultura, esporte e recreação	3	0	3
19	S	Outras atividades de serviços	3	0	3
20	T	Serviços domésticos	0	0	0
21	U	Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	0	0	0
Total			49	132	181

Fonte: tabela elaborado pelo próprio autor.

*Dados obtidos junto a WORLD INTELLECTUAL PROPRIETY ORGANIZATION (2011).

Considerações finais

Apesar dos crescentes avanços que o Brasil tem conquistado no campo do turismo, é interessante como ainda temos um longo caminho a percorrer para alcançar os grandes *players* deste setor no cenário mundial. Inevitavelmente, uma importante etapa deste longo caminho passa por uma significativa melhoria na produção de inovação, assim como na produção de tecnologia e gestão da propriedade intelectual, principalmente no que diz respeito à transferência de conhecimento.

As análises apresentadas neste trabalho dão uma pequena medida sobre o quadro brasileiro no cenário internacional do registro de patentes. Não que esta seja uma medida universal de qualidade ou de poder de uma nação. Mas certamente, não há como negar que este é um dos importantes indicadores que todo país deve sempre investir com razoável atenção, uma vez que a propriedade intelectual é indiscutivelmente um dos produtos de maior valor agregado que uma nação ou organização podem exportar. Partindo deste princípio, torna-se necessário também levantar os olhos do setor de turismo para esta prática (a formalização da propriedade intelectual através do registro de patentes), que em muito depende do Estado para o seu fomento, mas não só.

Antes de encerrar o presente trabalho, é importante dizer que este artigo se apresenta apenas como uma pequena fotografia deste imenso tema que se tentou trabalhar aqui. Mais do que simplesmente respostas, este texto propõe trazer diversos pontos de partida para novas discussões que permeiem a correlação entre turismo, inovação e propriedade intelectual. A pesquisa sobre as instituições que registraram as patentes citadas, a importância das universidades neste grupo, a investigação por outras palavras e termos que extrapolem a simples idéia de ‘turismo’ ou ‘*tourism*’, são algumas das muitas oportunidades que aguardam pela ânsia de novos estudiosos com interesse no assunto.

Referências bibliográficas

ANTUNES, A. M. S. Tendências Tecnológicas de Polietilenos e Polipropileno através da Prospecção em Documentos de Patente nos Estados Unidos e Europa – 1990/1997. **Polímeros: ciência e tecnologia**, v. 10, n. 1, 2000, p. 56-63.

ARAI, K. Patent quality and pro-patent policy. **Journal of Technology & Innovation Management**, v. 5, n.4, 2010.

COLLIER, A. J. Identifying Superior Performance Factors Relevant to Australian University TTOs. **Comparative Technology Transfer and Society**, v. 6, n. 2, ago. 2008, p. 61-87.

FERREIRA, A. A.; GUIMARÃES, E. R.; CONTADOR, J. C. **Patente como instrumento competitivo e como fonte de informação tecnológica. Gestão e Produção**, São Carlos, v. 16, n. 2, abr- jun, 2009, p. 209-221.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Dúvidas frequentes: o que é propriedade intelectual?** 2011. Disponível em: <http://www.bn.br/portal/?nu_pagina=32#1>. Acesso em: 3 junho 2011.

HJALAGER, A. M. Repairing innovation defectiveness in tourism. **Tourism Management**, v. 23, 2002, p. 465-474.

INSTITUO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa de inovação tecnológica**, 2005. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2007.

INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL. **Patentes: o que é uma patente?** 2011. Disponível em: <https://www.inpi.gov.br/menu-esquerdo/patente/pasta_oquee/index_html>. Acesso em: 3 junho 2011.

KURCZYN, F. V.; PORTILLA, J. A. D. R.; FERNÁNDEZ, M. M. Hacia una política de gestión de las invenciones en las entidades públicas de investigación. **Revista de la Educación Superior**, Vol. 38 (2), n. 150, abr-jun de 2009, p. 21-36.

MASKUS, K. E.; MCDANIEL, C. Impacts of the Japanese patent system on productivity growth. **Japan and World Economy**, v. 11, 1999, 557-574.

OLIVEIRA, L. G. et al. Informação de patentes: ferramenta indispensável para a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico. **Quim. Nova**, v. 28, suplemento, 2005, p. 36-40.

ORDOVER, J. A. A patent system for both diffusion and exclusion. **The journal of economic perspectives**, v. 5, n. 1, 1991, p. 43-60.

SHEIDEGGER, E. Can the state promote innovation in tourism? Should it? The example of Switzerland. OECD, 2004. Disponível em: <www.oecd.org/dataoecd/56/14/34268075.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2011.

SCHMAL, R. et al. Modelado de Procesos de Negocio para la Gestión de Patentes en Universidades. **Información Tecnológica**, v. 21, n. 6, 2010, p. 113-124.